

PROVAS REALIZADAS

Delegado de Polícia – 2001

São Paulo

Prova Preambular

Direito Penal

01.- No que concerne ao tempo do crime, nosso Código Penal adotou a teoria

- a) do resultado.
- b) da ubiqüidade.
- c) mista.
- d) da atividade.

02.- Juiz de Direito, que deixa de ordenar, sem justa causa, a imediata liberação de adolescente, ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão, pratica

- a) crime previsto no Código Penal.
- b) crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.
- d) mera irregularidade funcional.

03.- A ação penal, nos crimes complexos, via de regra será

- a) pública incondicionada.
- b) pública condicionada.
- c) privada.
- d) pública, subsidiária da ação privada.

04.- A retratação não é cabível, nos crimes de

- a) calúnia.
- b) injúria.
- c) difamação.
- d) calúnia e injúria.

05.- O dolo é subseqüente à posse da coisa móvel, nos crimes de

- a) apropriação indébita.
- b) furto.
- c) roubo.
- d) estelionato.

06.- Autor de estupro, em que a vítima venha a falecer, em decorrência da violência praticada, responde por

- a) estupro qualificado pelo resultado.
- b) estupro, em concurso formal com homicídio.
- c) estupro, em concurso material com homicídio.
- d) homicídio, este absorvendo o crime de estupro.

07.- Pessoa que anuncia cura de doença, por meio secreto ou infalível, pratica

- a) curandeirismo.
- b) exercício ilegal da medicina.
- c) charlatanismo.
- d) exploração da credulidade pública.

08.- A inserção de declaração falsa, em documento público ou particular, colimando a criação de obrigação, é tipificada como

- a) falsificação de papéis públicos.
- b) falsificação de documento público.
- c) falsidade ideológica.
- d) falsificação de documento particular.

09.- O superior hierárquico que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado, que cometeu infração, no exercício do cargo, pratica o crime de

- a) prevaricação.
- b) condescendência criminosa.
- c) corrupção passiva.
- d) desobediência.

10.- Não se admite a interceptação telefônica,

- a) no curso da investigação criminal.
- b) nos crimes apenados com reclusão.
- c) quando houver indícios apenas razoáveis da autoria.
- d) quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

Direito Processual Penal e Medicina Legal

11.- Caso o inquérito policial seja eivado de vício de forma,

- a) acarretará a anulação da ação penal, pois o inquérito policial é pressuposto daquela.
- b) será mera irregularidade, que deverá ser sanada a qualquer tempo.
- c) por tratar-se de peça meramente de informação, nenhuma consequência acarretará à ação penal.
- d) estará o Ministério Público impedido de oferecer a denúncia.

12.- Na sentença condenatória, o juiz deverá, obrigatoriamente,

- a) fixar, exclusivamente, a pena definitiva, deixando para o magistrado da execução penal decidir sobre o regime de cumprimento da pena.
- b) fixar a pena definitiva e também o regime de cumprimento dessa pena.
- c) fixar a pena-base, bem como a definitiva e o regime de cumprimento da pena.
- d) fixar tão somente a pena-base e o regime de cumprimento dessa pena, pois no juízo da execução é que será fixada a pena definitiva.

13.- A prisão por mandado judicial autoriza

- a) sempre o uso de força.
- b) o uso de força, só no caso de resistência.
- c) o uso de força, só no caso de tentativa de fuga de preso.
- d) o uso de força, no caso de resistência ou de tentativa de fuga de preso.

14.- Na oitiva do indiciado, no interrogatório policial, o termo respectivo deve conter a assinatura

- a) de pelo menos uma testemunha presencial.
- b) de duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura.
- c) obrigatoriamente do advogado do acusado.
- d) de duas testemunhas que lhe tenham assistido a oitiva.

15.- O sigilo, previsto na Lei 6368/76,

- a) foi ab-rogado pela Constituição Federal de 1988.
- b) abrange a prisão em flagrante e o inquérito policial e, na ação penal, ficará a critério exclusivo do juiz a sua manutenção.
- c) abrange apenas a prisão em flagrante delito.
- d) abrange obrigatoriamente a prisão em flagrante delito, o inquérito policial e a fase da ação penal.

16.- O ingresso do protegido no programa previsto na Lei 9807/99 é decisão

- a) da autoridade judiciária competente.
- b) do conselho deliberativo.
- c) da autoridade policial.
- d) do representante do Ministério Público.

17.- No que pertine ao prazo de duração, a interceptação telefônica

- a) terá um prazo fixado livremente pelo juiz, dependendo das circunstâncias do fato investigado.
- b) não poderá exceder o prazo de 10 dias, renovável por igual tempo.
- c) não poderá exceder o prazo de 15 dias renovável por igual tempo.
- d) terá a duração necessária para atingir os objetivos propostos.

18.- Ao examinarmos o cadáver de uma jovem verificamos: face edemaciada e cianótica, língua escura projetada além das arcadas dentárias, pequenas equimoses na face e pescoço, sulco horizontalizado, uniforme, contínuo, por baixo da cartilagem tireóide. Podemos determinar a morte por

- a) estrangulamento.
- b) enforcamento.
- c) esganadura.
- d) sufocação direta.

19.- A manifestação de um fenômeno transformativo destrutivo pode se verificar pela

- a) coagulação sangüínea.
- b) mancha hipóstase.
- c) circulação póstuma de Brouardel.
- d) Lei de Nysten.

20.- Criminoso portador de personalidade patológica, caracterizada por pobreza nas reações afetivas, conduta anti-social inadequadamente motivada, carência de valor, ausência de delírios, falta de remorso e senso moral, incapacidade de controlar os impulsos e aprender pela experiência e punição, denomina-se

- a) delinqüente essencial.
- b) psicopata.
- c) delinqüente psicótico.
- d) neurótico.

Direito Constitucional, Direitos Humanos e Cidadania

21.- Segundo a Constituição Federal, a legislação sobre a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis incumbe,

- a) concorrentemente, à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- b) concorrentemente, à União e aos Estados.
- c) privativamente, aos Estados, através de lei complementar ou ordinária.
- d) privativamente, aos Estados, através de lei complementar.

22.- Nos termos do texto da Constituição da República, a Administração Pública deve observar os seguintes princípios:

- a) publicidade, finalidade, moralidade, legalidade e eficiência.
- b) publicidade, finalidade, moralidade, oportunidade e eficiência.
- c) publicidade, impessoalidade, moralidade, legalidade e eficiência.
- d) publicidade, impessoalidade, moralidade, oportunidade e eficiência.

23.- Na vigência do Estado de Defesa é correto afirmar que

- a) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a 5 dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- b) é vedada a incomunicabilidade do preso.
- c) é vedada a restrição ao sigilo de correspondência.
- d) é vedado ao preso, por crime contra o Estado, requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

24.- O alistamento eleitoral e o voto são

- a) facultativos para os eleitores estrangeiros que residam no Brasil.
- b) obrigatórios para maiores de dezoito anos, alfabetizados ou não.
- c) facultativos para eleitores estrangeiros que residam no Brasil e para os maiores de setenta anos.
- d) facultativos para os analfabetos e para os maiores de setenta anos.

25.- Não se admite "habeas-corpus" em relação a punições:

- a) disciplinares e civis.
- b) civis e administrativas.
- c) disciplinares e militares.
- d) administrativas e militares.

26.- A idade mínima exigida como condição de elegibilidade para o cargo de Senador é de

- a) vinte e um anos.
- b) trinta anos.
- c) trinta e cinco anos.
- d) quarenta anos.

27.- Assinale a alternativa na qual figuram objetivos da República Federativa do Brasil, considerados como fundamentais pelo texto constitucional.

- a) A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- b) A prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo.
- c) A defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) A prevalência dos direitos humanos e dos valores sociais do trabalho.

28.- Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é correto afirmar que se trata de um(a)

- a) acordo internacional.
- b) tratado internacional.
- c) pacto internacional.
- d) resolução da Assembléia Geral da ONU.

29.- A Convenção Americana de Direitos Humanos prevê que somente a Comissão e os Estados signatários podem submeter controvérsias à Corte, não permitindo que indivíduos, grupos de indivíduos e organizações não governamentais a provoquem diretamente. Pretende-se com isso

- a) privilegiar a solução jurídica dos conflitos.
- b) privilegiar a solução consensual dos conflitos.
- c) possibilitar que todos a acionem diretamente.
- d) privilegiar a solução jurídica ou litigiosa dos conflitos.

30.- A finalidade básica dos direitos humanos é coibir o abuso

- a) do poder estatal.
- b) do poder estatal e dos indivíduos.
- c) dos indivíduos.
- d) de grupos de indivíduos.

Direito Administrativo

31.- O estágio probatório do servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, é de

- a) dois anos.
- b) três anos.
- c) um ano.
- d) quatro anos.

32.- Policial é preso em flagrante por crime de concussão. Em seu desfavor, além do processo penal, é instaurado procedimento disciplinar que culmina com decreto demissório. Para atender aos requisitos de validade do ato administrativo esse decreto foi assinado pelo

- a) Presidente da Comissão Processante.
- b) Governador.
- c) Secretário da Segurança Pública.
- d) Juiz Criminal.

33.- Os bens dominicais do Estado só não podem ser alienados mediante o instituto do(a)

- a) usucapião.
- b) dação em pagamento.
- c) doação.
- d) retrocessão.

34.- Torres e redes elétricas que ocupam terrenos de propriedade particular, instaladas por sociedade de economia mista, caracterizam caso de

- a) servidão civil.
- b) desapropriação.
- c) servidão administrativa.
- d) limitação administrativa.

35.- A falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania pode ser suprida pelo

- a) mandado de segurança.
- b) habeas data.
- c) habeas corpus.
- d) mandado de injunção.

36.- A faculdade da Administração Pública de decidir e executar, diretamente, as medidas ou sanções de polícia administrativa por seus próprios meios, sem intervenção ou autorização prévia do Poder Judiciário, caracteriza o atributo do ato administrativo conhecido como

- a) auto-executoriedade.
- b) imperatividade.
- c) exigibilidade.
- d) exeqüibilidade.

37.- Afirmando que "as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público a que são atreladas", referimo-nos ao princípio do(a)

- a) proporcionalidade.
- b) interesse público.
- c) finalidade.
- d) razoabilidade.

38.- A taxa, espécie de tributo, é um dos fatos geradores do poder administrativo nominado pelos doutrinadores como poder

- a) regulamentar.
- b) hierárquico.
- c) disciplinar.
- d) de polícia.

39.- É permitido ao policial civil requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer de decisões. O pedido de reconsideração deverá ser dirigido

- a) ao superior hierárquico da autoridade que editou o ato.
- b) ao Delegado Geral de Polícia em qualquer caso.
- c) à mesma autoridade que editou o ato.
- d) ao Secretário da Segurança nos casos da aplicação de penas expulsórias.

40.- "Ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade" é

- a) autorização.
- b) licença.
- c) concessão.
- d) permissão.

Direito Civil

41.- Possuindo uma pessoa duas residências regulares, considera-se seu domicílio

- a) aquela onde reside mais tempo.
- b) aquela que por último passou a ocupar.
- c) qualquer delas .
- d) aquela que for de sua propriedade.

42.- A execução, no Brasil, de sentença proferida no estrangeiro dependerá, entre outras condições, de

- a) homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) "exequatur" do Ministério da Justiça.
- d) averbação no Ministério das Relações Exteriores.

- 43.- As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em
- a) vinte anos.
 - b) quinze anos.
 - c) dez anos.
 - d) cinco anos.
- 44.- Quando o objeto do ato jurídico for impossível, diz-se que o ato é
- a) nulo.
 - b) anulável.
 - c) ratificável.
 - d) discricionário.
- 45.- Casamento "in articulo mortis" é o mesmo que casamento
- a) putativo.
 - b) simulado.
 - c) presumido.
 - d) nuncupativo.
- 46.- São representados e assistidos, respectivamente, os menores de
- a) 14 anos e os entre 14 e 18 anos.
 - b) 16 anos e os entre 16 e 18 anos.
 - c) 16 anos e os entre 16 e 21 anos.
 - d) 18 anos e os entre 18 e 21 anos.
- 47.- O direito de usar, gozar, dispor e reivindicar caracteriza a propriedade
- a) resolúvel.
 - b) plena.
 - c) limitada.
 - d) usufrutuária.
- 48.- A relação que liga uma pessoa aos parentes de seu cônjuge denomina-se
- a) colateralidade.
 - b) afinidade.
 - c) lateralidade.
 - d) legitimação conjugal.
- 49.- Diz-se "velha" a posse após
- a) cinco anos.
 - b) dois anos e dia.
 - c) dez anos.
 - d) ano e dia.
- 50.- Quando o devedor cede ao credor um imóvel para que este, em compensação de dívida, exerça o direito de perceber seus frutos e rendimentos, temos um caso de
- a) anticrese.
 - b) aforamento.
 - c) servidão.
 - d) acessão.

Gabarito

01.D	02.B	03.A	04.B	05.A	06.A	07.C	08.C	09.B	10.D
11.C	12.C	13.D	14.B	15.B	16.B	17.C	18.A	19.C	20.B
21.A	22.C	23.B	24.D	25.D	26.C	27.A	28.D	29.B	30.A
31.B	32.B	33.A	34.C	35.D	36.A	37.A	38.D	39.C	40.B
41.C	42.B	43.A	44.A	45.D	46.C	47.B	48.B	49.D	50.A